

Documento conjunto entre CIP e INP:

Reflexão sobre o Impacto da Queda do Preço de petróleo nos Projectos de Gás em Moçambique

O Centro de Integridade Pública (CIP) organizou no dia 29 de Abril de 2019, uma sessão de discussão e reflexão sobre o impacto da queda do preço de petróleo nos projectos de gás natural em Moçambique.

A relevância do debate centra-se no facto dos projectos de gás da Bacia do Rovuma serem considerados o catalisador da economia nos próximos anos. As projecções de crescimento de 2,2% para o presente ano assenta-se em grande medida na materialização dos projectos do gás em Moçambique.

Principais Pontos Abordados

Confederação das Associações Económicas, CTA

A CTA, representada pelo Presidente do pelouro dos Recursos Minerais Hidrocarbonetos e Energia, foi bastante optimista no que concerne ao impacto da queda do preço de petróleo e da COVID-19 nos projectos de gás da Bacia do Rovuma.

Mencionou que a redução das actividades da Área do projecto da área 1, liderado pela Total, é referente a uma parte muito pequena do projecto, sendo que a parte mais significativa está na fase de engenharia e *procurement* portanto, não tem grandes implicações nos prazos. Disse ainda que o COVID-19 aparece num momento que favorece o projecto, pois é a fase de assinatura de contratos.

Focou na questão da diversificação da economia como uma aposta a ser tomada em consideração. Neste ponto citou a situação o modelo adoptado por países como Angola e Nigéria como experiências a não seguir, pois trata-se de modelos que criam dependência da economia em relação ao petróleo e gás.

Centro de Integridade Pública

O CIP iniciou a reflexão trazendo a relevância da discussão que se concentra no facto da exploração de gás na Bacia do Rovuma ser tida como a actividade que vai dinamizar a economia de Moçambique nos próximos anos. As projecções referentes a investimentos, exportações e importações até ao momento estão alicerçadas neste grande projecto.

Entretanto, esta indústria enfrenta grandes desafios a nível mundial em consequência da pandemia da COVID-19 apesar do acordo assinado em meados de Abril entre os países produtores de petróleo e seus aliados (OPEP+) com vista a redução da produção para proteger a queda do preço que se encontrava em cerca de USD 31/barril.

A pandemia da COVID-19, que assola o mundo inteiro desde Dezembro de 2019, levou ao abrandamento e, em alguns casos, a interrupção das principais actividades económicas do planeta.

Neste contexto, o CIP recomendou as seguintes acções:

Curto prazo

- Revisão do Artigo 10 do contratos assinados com as concessionárias referente aos projectos da Bacia do Rovuma, eliminando a possibilidade de fixação de preços por via de acordos entre o MIREME e as concessionárias;
- Repriorização da alocação dos recursos existentes com foco para os sectores produtivos que possam operar em fase de estado de emergência;
- Por forma a maximizar a rentabilidade dos projectos de gás em Moçambique em períodos de choques, garantir na fase de assinatura do contrato que o modelo de preço do gás natural se baseie nas dinâmicas de procura e de oferta do mercado;
- Publicação de contratos de compra e venda do gás natural para permitir maior transparência; e
- Publicação das adendas aos contratos da área 1 e 4 da Bacia do Rovuma.

Médio e Longo Prazo

- Apostar na diversificação da economia, evitando uma economia baseada no sector extractivo, altamente vulnerável a choque externos como flutuações dos preços internacionais, sob o risco de se ter que gerir crises cíclicas que retiram o foco nas mudanças estruturais que a nossa economia precisa de introduzir;
- Criação de um Fundo soberano sustentado pelas receitas do gás como mecanismos de gestão de receitas provenientes da exploração de recursos, garantindo assim uma fonte de financiamento em caso de choques externos.

Instituto Nacional de Petróleo

Começou por salientar que a crise no sector afecta diretamente a economia da maior parte dos países, sublinhando que esta não é uma crise comum ou uma recessão económica regional, ou ainda uma desaceleração pontual do mercado, mas sim uma interrupção abrupta do fluxo comercial de quase todo o mundo incluindo do sector de gás e petróleo. O INP, reconheceu que o preço do Gás Natural liquefeito está indexado ao preço do petróleo e para os Contratos de Compra e Venda de GNL celebrados para os projectos de GNL de Moçambique foram adoptados o modelo de preço *netback price* (que consiste em deduzir do preço final de venda os custos de transporte, seguros e taxas marítimas). De acordo com o INP estes contratos contemplam cláusulas específicas para casos de oscilações dos preços do crude, pelo que, acredita-se que um impacto da queda do preço de petróleo nos projectos de gás, poderá ser de forma minimizado por estes mecanismos.

Entretanto, em Moçambique, a queda dos preços pode afectar o calendário de implementação dos projectos de GNL em carteira e em curso, por um lado, mas também poderá ter impactos na redução dos custos de aquisição de bens e serviços petrolíferos sobre as actividades de pesquisa e desenvolvimento em curso. Por outro lado, poderemos esperar um impacto negativo sobre a rentabilidade dos projectos de GNL, cujos contratos foram negociados a preços acima dos \$50 dólares americanos. Consequentemente, as receitas do Governo (royalty, petróleo-lucro, IRPC e outras indirectas) esperadas até 2049 poderão ser condicionadas.

O INP informou ainda que neste momento os prazos dos projectos de gás não foram afectados, tanto que espera-se que o projecto mais avançado na Bacia do Rovuma, o Coral Sul FLNG, tenha início em 2022.

Por outro lado, a instituição reguladora do sector do gás reconheceu que se a tendência de preço prevalecer, provavelmen-

te haja revisão dos contratos celebrados para ajustar a realidade, tanto por parte dos compradores de gás tanto do lado dos financiadores. Nesta fase o INP acredita que as empresas possam se aproximar do regulador e do Governo para possíveis ajustamentos de forma a garantir uma posição de ganhos favoráveis entre as partes intervenientes tendo em conta tratar-se de factores externos. Para o efeito, espera-se também como estratégia que as concessionárias adoptem uma estratégia de redução dos custos com enfoque para custos com mão de obra, alugueres e manutenção.

No que concerne a transparência na fixação de preço de compra e venda do gás natural, o INP diz que de uma forma geral estes contratos não se encontram no domínio público porque contêm termos considerados sensíveis comercialmente e expõe as empresas ao seu concorrente.

Sobre a publicação das adendas aos contratos da **Área** 1 e 4 da Bacia do Rovuma, a instituição mencionou que pelo menos um deles (sem mencionar qual) tem o visto do tribunal administrativo e dentro em breve será disponibilizado para o público.

Considerações Finais

De acordo com o INP, neste momento, regista-se no sector um ambiente de incertezas cujos efeitos de mercado podem afectar a rentabilidade dos projectos, o que poderá levar aos investidores a reestruturarem as suas estratégias de investimento. Até ao momento as empresas do sector ainda não se aproximaram ao regulador para qualquer revisão para além do adiamento da tomada da Decisão Final de Investimento comunicada pela ExxonMobil em relação ao projecto Rovuma LNG, que para o INP não constitui um atraso acreditando-se que a decisão será tomada em tempo oportuno para a implementação e viabilização do projecto.

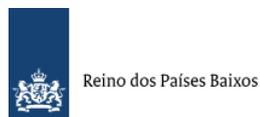
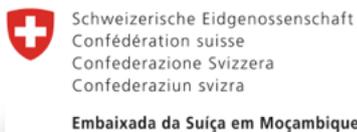
No que concerne a transparência e disponibilização dos contratos de compra e venda do gás natural liquefeito, o INP mencionou que existem questões comercialmente sensíveis contidas nestes mesmos documentos.

Sobre as adendas complementares aprovadas pelo Governo, referentes aos contratos da Área 1 e 4, o INP mencionou que pelo menos uma das adendas já tem o visto do Tribunal Administrativo e dentro em breve será disponibilizado ao público.



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção - Transparência - Integridade

Parceiros:



Informação editorial

Director: Edson Cortês
Autora: Inocência Mapisse

Equipa técnica: Aldemiro Bande, Baltazar Fael, Borges Nhamire, Ben Hur Cavelane, Celeste Banze, Egas Jossai, Inocência Mapisse, Leila Constantino, Rui Mate e Stélio Bila

Propriedade: Centro de Integridade Pública

Maquetização: Liliana Mangove

Rua Fernão Melo e Castro,
Bairro da Sommerschild, nº 124
Tel: (+258) 21 499916 | Fax: (+258) 21 499917
Cel: (+258) 82 3016391
[f](#)@CIP.Mozambique [t](#)@CIPMoz
www.cipmoz.org | Maputo - Moçambique